RESOLUÇÃO

INTENSIFICAR A LUTA PARA DEFENDER E EFECTIVAR DIREITOS

Os resultados das eleições para a Assembleia da República do passado dia 18 de Maio, marcado pelo reforço da direita e em particular da extrema-direita, à boleia de um discurso populista e assumindo posições xenófobas, racistas, intolerantes e de natureza fascista, que passou a ser a segunda maior representação parlamentar, e pelo recuo das forças de esquerda, traduzem um quadro político mais adverso à resolução dos graves problemas com que se confrontam os trabalhadores e a maioria da população, e abre portas ao aprofundamento do ataque aos serviços públicos e ao retrocesso nos direitos.

Tal tem lugar após onze meses de governação da AD, caracterizados por doses maciças de propaganda, pela distribuição do excedente orçamental a algumas camadas profissionais, resultado da luta, e por opções, apoiadas por CH e IL, e até ao limite, pelo PS, que beneficiaram os grandes grupos económicos que continuam a embolsar lucros recorde; agravaram a exploração, as injustiças e desigualdades e a efectivação dos direitos à saúde, à habitação, à educação; desmantelaram e privatizaram serviços públicos; aprofundaram a submissão à União Europeia e atrelaram o país à escalada do militarismo e da guerra para onde nos querem empurrar, se os deixarmos.

No que aos trabalhadores da Administração Pública e ao nosso sector em concreto diz respeito, ficaram por responder reivindicações centrais como a recuperação do poder de compra e a valorização dos salários; a recuperação e valorização das carreiras e profissões; o fim da precariedade; a generalização das 35 horas; o respeito pela contratação colectiva; a garantia dos direitos no trabalho por turnos; o alargamento e a melhoria do SPI, com inclusão do risco; o subsídio de piquete e de disponibilidade; o fim do SIADAP; a recuperação das indemnizações por acidente em serviço; a defesa do Poder Local Democrático e o fim/reversão das privatizações de serviços públicos de água, saneamento e resíduos.

A tudo isto, quer o programa da AD (PSD/CDS), quer os das demais forças de direita que saíram reforçadas das eleições legislativas de 18 de Maio, não só não dão resposta como se preparam para agravar, procurando impor retrocessos, o que implica a necessidade de alerta e de disponibilidade para resistir e lutar, o que o STAL e a generalidade dos trabalhadores devem ter presente desde já.

Nesse sentido, importa ainda ter em consideração que, pela primeira vez, a direita pode fazer uma revisão constitucional sem o PS. E basta ouvir e ler o que vão dizendo dirigentes da IL, do CH e do PSD, para perceber o que pode vir por aí em matéria de liquidação de direitos. E mesmo que esse caminho não seja no imediato, a verdade é que a defesa da Constituição tem de ser assumida desde já por todos aqueles que defendem os valores e as conquistas de Abril.

Mas se existem reais motivos de preocupação, há também fortes razões para confiarmos na nossa força, nos milhares de dirigentes, delegados e activistas que todos os dias marcam presença nos locais de trabalho, esclarecendo, organizando, mobilizando para a luta na rua, nas autarquias e empresas, por melhores condições de vida e de trabalho.

É com esta força, determinação, unidade e confiança que o STAL, quer no plano sectorial, quer no plano da Frente Comum, apresentará ao próximo governo as propostas indispensáveis à valorização dos trabalhadores do sector, designadamente:

- Aumento intercalar de todos os salários em 15% (mínimo 150 euros), no imediato, para repor o poder de compra e melhorar as condições de vida;
- Salário Mínimo de 1000 euros e subsídio de refeição de 10,50 euros, com retroactivos a Janeiro;
- SPI abrangente e actualizado;
- Correcção real da TRU/Tabela salarial;
- Actualização dos suplementos remuneratórios;
- Regulamentação dos suplementos de disponibilidade e piquete;
- Revogação do SIADAP;
- Recuperação e valorização das profissões;
- Identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido;
- Recuperação do direito à indemnização por acidente de trabalho ou doença profissional para todos os trabalhadores;
- Reposição dos 25 dias de férias;
- 35 horas para todos;
- Reforço dos serviços públicos e funções sociais do Estado.

E será em defesa da sua concretização que o STAL irá realizar no próximo dia 27 de Junho, em Lisboa, um Protesto Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Sector Empresarial, apelando desde já à mobilização e à participação, demonstrando que a vontade de lutar por uma vida digna e contra os ataques e avanços da direita e da extrema-direita está para ficar.

Esta iniciativa será seguida de outras sempre que os direitos e a valorização dos trabalhadores estejam em causa, na sequência do programa do próximo governo, dos processos negociais que venham (ou não) a ser abertos e do rumo que os mesmos venham a ter.

O êxito da acção reivindicativa dos trabalhadores estará fortemente associado à actividade que for desenvolvida nos locais de trabalho, para o que contribuirá, de forma decisiva, o reforço e a existência de uma rede de quadros sindicais - dirigentes e delegados, representantes de SST, firmes, dinâmicos e combativos.

O STAL apela ainda aos trabalhadores a participar nas comemorações dos 50 anos do sindicato, que decorrem, chamando a atenção para a próxima iniciativa que terá lugar no Porto, na Alameda das Fontainhas, dia 22 de Agosto.

A Luta Continua!

Lisboa, 30 de Maio de 2025

A Direcção Nacional do STAL

RESOLUÇÃO

NÃO AO GENOCÍDIO. SOLIDARIEDADE COM O POVO PALESTINIANO!

A barbárie genocida em Gaza cometida por Israel, com a cumplicidade dos EUA e seus aliados, incluindo o Estado Português, em total desrespeito pela Constituição da República Portuguesa, é completamente inaceitável e insuportável:

- Mais de 53 mil palestinianos foram assassinados. 70% são mulheres e crianças; mais de 2 mil e duzentas famílias desapareceram na totalidade.

- Mais de 10 mil pessoas estão desaparecidas nos escombros. Há 120 mil mutilados; 20% da população está em risco de morrer de fome e/ou sede – transformadas em armas de guerra - e 14 mil são bebés.

- Os bombardeamentos e os ataques israelitas forçaram a deslocação de 1,900,000 pessoas, mais de 80% da população total da faixa de Gaza.

- 80% da habitação e 50% de toda a infraestrutura foram destruídas (estruturas hospitalares, escolas e campos de refugiados).

- 232 jornalistas e mais de 500 trabalhadores humanitários foram mortos.

- Israel é hoje a principal causa de morte infantil em todo o mundo.

- A esperança média de vida em Gaza passou de 75.5 anos para 40.5 anos.

Até quando?

O STAL exige:

- O fim imediato do genocídio contra o povo palestiniano e da ocupação ilegal de territórios palestinianos por parte de Israel;

- A entrada urgente e sem restrições de bens de primeira necessidade e de auxílio médico, implementando um cessar-fogo permanente, assim como a total retirada das forças israelitas da Faixa de Gaza e o fim dos seus ataques na Cisjordânia e em Jerusalém Leste;

- O cumprimento das resoluções do Tribunal Internacional de Justiça contra Israel, condenado pela prática de apartheid contra o povo palestiniano, e das resoluções do Tribunal Penal Internacional contra Benjamín Netanyahu e Yoav Galant, responsáveis por crimes de guerra contra a humanidade;

- A suspensão imediata do Acordo de Associação UE-Israel;

- A condenação pelo governo português do brutal desrespeito dos direitos humanos e do direito internacional por parte de Israel, da sua criminosa política de ocupação, colonização e agressão, e o reconhecimento imediato do Estado da Palestina, cuja criação foi determinada pela ONU há décadas, assegurando o direito de regresso dos refugiados e o inalienável direito dos palestinianos a viver de forma soberana, livre e digna.

O STAL apela à participação dos trabalhadores no Encontro da Paz, que tem como lema «Pela Paz, todos não somos demais! Cumprir a Constituição de Abril!», no próximo dia 31 de Maio, no Seixal, e na acção convocada pela CGTP-IN, MPPM, CPPC e Projeto Ruído, em solidariedade com o povo palestiniano, no dia 4 de Junho, em Lisboa, com concentração no Largo do Chiado.

Lisboa, 30 de Maio de 2025

A Direcção Nacional do STAL

RESOLUÇÃO

INVESTIR NA MÁQUINA DA PAZ, NÃO NA GUERRA!

A Humanidade continua a ser dilacerada por múltiplos conflitos armados e guerras que se registam em diferentes continentes, inseparáveis da natureza do sistema capitalista e da sua acção cada vez mais agressiva e predadora. Uns mais antigos, outros mais recentes, uns mais mediáticos que outros, dependendo dos interesses em presença, mas todos eles inaceitáveis e desumanos, são os trabalhadores e os povos as principais vítimas, com a destruição de escolas, fábricas, hospitais, vias de comunicação, infra-estruturas e espoliação de recursos naturais.

Incluindo a Segunda Guerra Mundial até às actuais, já morreram mais de 100 milhões de pessoas vítimas de guerras como a colonial portuguesa, a do Vietname, a guerra civil em Angola, em Timor-Leste, no Sahara Ocidental, no Iémen, no Tigré, em Myanmar, no Golfo, no Iraque, no Afeganistão, em Caxemira, na Ucrânia ou na Palestina, neste caso não se tratando de uma guerra, mas de uma tentativa de genocídio à vista de todos, imperdoável e inaceitável.

Para além dos mortos, há ainda, actualmente, mais de 110 milhões de deslocados pelas guerras e milhões de feridos, deficientes e desaparecidos.

O futuro da humanidade depende do investimento na máquina da paz, não na máquina da guerra.

Por isso condenamos a aprovação de um pacote de 800 mil milhões para “rearmar a Europa”, que representa mais um passo na escalada armamentista e belicista, contrário aos interesses dos trabalhadores e dos povos na busca de paz. Desviam-se verbas que poderiam ser aplicadas na melhoria das condições de vida das populações, investindo na saúde, na educação, na habitação, nos serviços públicos e funções sociais do Estado. Mais dinheiro para armas são mais lucros para os senhores da guerra, maiores sacrifícios e perigos para os trabalhadores e os povos.

O STAL reafirma que Portugal deve reger-se pelo cumprimento da Constituição da República Portuguesa que consagra “a solução pacífica dos conflitos internacionais” e “o desarmamento geral, simultâneo e controlado” e pugnar pela defesa da sua soberania, não alinhando pela política belicista da União Europeia

que apenas serve os interesses das grandes potências, dos grupos económicos e que atenta contra a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e dos povos.

O STAL expressa a sua solidariedade com todos os povos que lutam e resistem, rejeita o caminho da guerra, invasões, agressões, bloqueios e ingerências, e reafirma a necessidade de encetar caminhos que conduzam à Paz, e por isso, apela:

- à abertura de canais para o diálogo diplomático, garantindo o estabelecimento de acordos que assegurem a paz na Palestina e na Ucrânia;
- ao governo português para que respeite e actue no quadro da Constituição, no respeito pela carta das Nações Unidas - https://dcjri.ministeriopublico.pt//sites/default/files/documentos/instrumentos/carta_das_nacoes_unidas.pdf e da Acta final de Helsínquia https://www.osce.org/files/f/documents/7/b/39506_0.pdf;
- ao respeito pela vontade e auto-determinação dos povos, do direito internacional, recolocando a ONU na sua função moderadora e garante da Paz;

Vale sempre a pena lembrar o que escreveu Bento de Jesus Caraça: “o que o mundo for amanhã, é o que o esforço de todos nós determinar”.

Sim à PAZ, Não à GUERRA!

Lisboa, 30 de Maio de 2025

A Direcção Nacional do STAL